



1
2
3
4
5 MINISTÉRIO DA SAÚDE
6 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
7

8 **ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**
9 – 1991/1995 –
10

11 No dia sete de maio de hum mil novecentos e noventa e dois, a partir das nove horas da manhã, teve
12 início a Décima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, período de hum mil
13 novecentos e noventa e um à hum mil novecentos e noventa e cinco, com a abertura realizada pelo
14 Senhor Ministro da saúde Substituto **JOSÉ CARLOS SEIXAS** e Presidente do Conselho Nacional de
15 Saúde. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY**
16 apresentou as justificativas de ausência dos Conselheiros **José Bernardo Peniche, Stella Maria Pereira**
17 **Barros, Elísio Nunes Ribeiro, José Linhares Ponte, Chafic Farhat e Jacques Sherique**. O
18 Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde apresentou as novas indicações para o Conselho
19 Nacional de Saúde feitas pelo Ministério da Educação, Professora **Eunice Ribeiro Durhan**, que
20 comunicou de sua impossibilidade de estar presente, sendo Doutor **Francisco Barbosa**, das Entidades
21 de Prestadores Privados de Serviços de Saúde (Doutores **Chafic Wadi Farhat e Carlos Eduardo**
22 **Ferreira**), das Entidades Médicas (Doutor **Mário da Costa Cardoso**) e das Entidades de Outros
23 Profissionais de Saúde (Doutores **Thiers Ferreira e Swedenberger do Nascimento Barbosa**). O
24 Conselheiro **Francisco Ubiratan Dellape** pediu urgência na indicação pelos órgãos e entidades de novos
25 titulares e seus respectivos suplentes para que seja possível se proceder as suas nomeações no espaço
26 de tempo mais breve possível. Ficou acertado que o prazo seria estabelecido até a próxima Reunião
27 Ordinária do Conselho Nacional de Saúde. O Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** leu, aos Conselheiros,
28 carta dirigida ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE**, pelo
29 Conselheiro **Aloysio Campos da Paz Júnior**, renunciando a sua condição de Conselheiro por não mais
30 pertencer aos quadros do Ministério da Saúde, o qual representava. A carta está em anexo a essa Ata
31 (Anexo nº 01). Passou-se a apreciação da **Ata da Reunião anterior**. Foi apresentada a justificativa de
32 ausência do Conselheiro **Jacques Sherique**, que não constava na Ata da Décima Segunda Reunião do
33 Conselho. Nas linhas trinta e cinco e trinta e seis, solicitou-se a correção, substituindo-se o nome Portaria
34 por Resolução PR/INAMPS número duzentos e oitenta e três de hum mil novecentos e noventa e um. Os
35 Conselheiros **Cláudio José Allgayer e Francisco Ubiratan Dellape** solicitaram que conste na Ata da
36 Reunião anterior entre linhas cento e oitenta e três e duzentos, a seguinte expressão: “*Estavam ausentes*
37 *da votação os Conselheiros Cláudio José Allgayer e Francisco Ubiratan Dellape, por terem sido*
38 *convocados a reunião do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, para tratar da*
39 *implantação do sistema de apresentação do AIH's por meio magnético*”. Nas linhas Duzentos e quarenta
40 e seis e duzentos e quarenta e nove, o Conselheiro **Paulo S. Barbanti** pede a exclusão do seu nome
41 como componente da Comissão nomeada pelo Plenário na Décima Reunião do Conselho, para ajudar as
42 negociações e discutir o FINSOCIAL. Na linha trezentos e quatorze, o Conselheiro **Ivan de Moura Fé**
43 solicita a correção do tempo de seu novo mandato na Presidência do Conselho Federal de Medicina, que
44 é de dois anos e meio. Ainda na linha duzentos e quarenta e sete, em seguida ao trecho “*Essa Comissão*
45 *foi composta...*”, acrescentar “*por sugestão do Plenário*”. Os Conselheiros **Jocélio H. Drummond, José**
46 **Eri Osório de Medeiros e Zilda Arns Neumann** consideram que o trecho compreendido entre as linhas
47 duzentos e vinte e oito e duzentos e cinqüenta e dois não está suficiente claro, no que diz respeito a
48 discussão sobre a campanha sobre a utilização dos recursos FINSOCIAL, no tocante a participação mais
49 efetiva do Ministério da Saúde nessa Campanha, inclusive em sua condução e financiamento. O Doutor
50 **JOSÉ CARLOS SEIXAS** diz que o espírito da discussão foi de que realmente houvesse uma participação
51 do Ministério da Saúde e essa informação foi levada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da
52 Saúde. Mas que se houver maiores dúvidas por parte dos Conselheiros, recomendou que a Secretaria
53 Técnica do Conselho escutasse a fita com a gravação da discussão e reescrevesse o trecho. A Ata foi
54 considerada aprovada com essa ressalva. Em seguida, o Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** informou a
respeito das Comissões Intersetoriais Nacionais, criadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Das onze
Comissões, sendo sete Comissões Intersetoriais Nacionais e quatro Comissões Técnicas, oito já
estavam constituídas, com todos os seus componentes indicados e com Portarias já assinadas pelo

55 Excelentíssimo Senhor MInistro de Estado da Saúde, prontas para publicação em Diário Oficial da União.
56 Faltavam indicações para as Comissões Intersetoriais de Ciência e Tecnologia em Saúde, de
57 Alimentação e Nutrição e de Saúde do Trabalhador. O Plenário discutiu a lentidão com que as Comissões
58 criadas estão se formando e a necessidade de que as mesmas comecem a reunir-se em espaço de
59 tempo mais curto. Em relação à Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia, a Coordenação Geral do
60 Conselho informou que a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES e o Instituto
61 de Pesquisa Tecnológica de São Paulo – IPT declinaram do convite de participar dessa Comissão e o
62 Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB não respondeu as várias solicitações para
63 indicar um representante. O Plenário do Conselho optou por substituir essas Instituições por outras, a
64 saber: a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO substitui a ANDES; o Instituto Lauro
65 Souza Lima substitui o IPT; e o Instituto Roberto Simonsen substitui o CRUB (Resolução em Anexo nº
66 02). Em relação às Comissões de Alimentação e Nutrição e de Saúde do Trabalhador, o Plenário deu o
67 prazo de uma semana para os órgãos e entidades que faltavam, indicarem seus representantes. A
68 Conselheira **Zilda Arns Neumann** pediu que constasse em Ata a solicitação de que a Coordenação
69 Geral do Conselho Nacional de Saúde tomasse todas as providências necessárias para realizar
70 brevemente a Primeira Reunião da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição, já marcada para o
71 dia quatorze de maio próximo, e que a Comissão se reunisse mesmo sem a indicação de todos seus
72 membros e/ou nomeação da mesma em Diário Oficial da União. O Conselheiro **Ivo Fortes** indagou sobre
73 o parecer da Comissão Relatora sobre a Norma Operacional Básica para o Sistema Único de Saúde, da
74 Secretaria Nacional de Assistência a Saúde do Ministério da Saúde, cujos relatores são os Conselheiros
75 **Lúcio G. Alcântara** e **José Eri Osório de Medeiros**. O Conselheiro **José Medeiros** informou que o
76 Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS e o Conselho Nacional de Secretários Municipais
77 de Saúde – CONASEMS estão desenvolvendo processo de discussão com a Secretaria Nacional de
78 Assistência a Saúde/Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social do Ministério da
79 Saúde para se chegar a um melhor consenso e pediu um prazo de sessenta dias para que a Comissão
80 Relatora apresentasse seu Parecer. O Doutor **SYLVAIN NAHUM LEVY** informou que a Comissão
81 Técnica dos Gestores Governamentais do Sistema Único de Saúde, composta pelo Conselho Nacional
82 de Secretários de Saúde – CONASS pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde –
83 CONASEMS e pelo Ministério da Saúde – MS já foi reconstituída e tem sua Primeira REunião marcada
84 para o dia quatorze de maio próximo. A Comissão Técnica dos Usuários de Serviços de Saúde marcou
85 também sua primeira reunião para o dia quinze de maio. E as Comissões Técnicas de Atuação
86 Profissional na Área de Saúde e de Prestadores Privados de Serviços de Saúde já estão em
87 funcionamento regular. Foi apresentada a proposta encaminhada pela Comissão Técnica de Prestadores
88 Privados de Serviços de Saúde de ter como Coordenador desta Comissão o Doutor **Cláudio J. Allgayer**,
89 o que foi aprovado pelo Plenário. O Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** solicitou, por escrito, que a
90 Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador se reunisse ainda no mês de maio do corrente ano e
91 que nessa Primeira Reunião, apreciasse estudos técnicos sobre doenças profissionais. Passou-se ao
92 Tema 01 da Pauta, que tratava da **IX Conferência Nacional de Saúde**, apresentado o pelo Conselheiro
93 **Eri Osório de Medeiros**, Presidente da Comissão Organizadora da Conferência, que relatou sobre a
94 reestruturação do grupo organizador e da escolha de um novo Secretário Executivo para a Comissão.
95 Foram realizadas reuniões de mobilização, com a presença de representantes de cerca de vinte Estados.
96 Realizaram-se os acertos finais com a Universidade de Brasília – UnB para a realização do evento no
97 Campus Universitário. E que a Comissão Organizadora enviará a todos os Conselheiros, antes da
98 próxima Reunião do Conselho, proposta de Temário, Mesas Redondas e Conferências para que seja
99 previamente analisada e discutida na Reunião do Conselho Nacional de Saúde de junho de hum mil
100 novecentos e noventa e dois. Em relação a substituição de delegados, a Comissão Organizadora propôs
101 que seja aplicado o Regimento Interno de cada Conferência Estadual e o Regimento da Comissão
102 Organizadora. Sobre o financiamento do deslocamento dos usuários até Brasília e da hospedagem
103 durante os dias da Conferência o Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** informou que o grupo
104 organizador da Conferência conseguiu alimentação para cerca de três mil pessoas o Restaurante da
105 Universidade de Brasília. As hospedagens e passagens terão que ser custeadas pela área governamental
106 de cada Estado. Foi solicitado apoio do Ministério da Saúde para as despesas com passagens e
107 alojamento. O Conselheiro **Jocélio Henrique Drummond** pediu a inclusão dos profissionais de saúde no
108 grupo de delegados e/ou participantes que terão despesas de passagens e alojamento custeadas pela
109 área governamental, devido as dificuldades financeiras para o deslocamento desses profissionais por
110 conta própria. O Conselheiro **José Eri Osório de Medeiros** prometeu estudar a possibilidade dessa
111 ampliação embora antevise dificuldades em razão da escassez de recursos financeiros e da própria

112 crise econômica do País. O Presidente da Comissão Organizadora comunicou que estava encaminhando
113 ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde a proposta de Decreto o m a nova data da
114 realização da Conferência. Em seguida foi discutida a proposta de divisão do percentual de vinte por
115 cento dos Delegados e participantes da IX Conferência Nacional de Saúde que seriam definidos pelo
116 Conselho Nacional de Saúde, a partir da proposta trazida pela Comissão Organizadora da Conferência.
117 Discutiu-se e aprovou-se a proposta trazida pela Comissão Organizadora em relação aos critérios e
118 percentuais entre os grupos Governo/Prestadores de Serviços/Profissionais de Saúde, e a distribuição de
119 vagas do setor governamental. Em relação às vagas dos Profissionais de Saúde foi proposta isonomia na
120 representação das diversas categorias, sendo aprovada representação diferenciada, conforme proposta
121 da Comissão Organizadora. Em relação as vagas dos Prestadores Privados de Serviços de Saúde, o
122 Plenário, depois de discutir a proposta da Comissão Organizadora, decidiu que a Comissão Técnica de
123 Prestadores Privados de Serviços de Saúde, que reúne as entidades desse setor, reunir-se-á até a
124 próxima reunião do Conselho Nacional de Saúde e fará sua proposta de divisão de vagas. O Conselheiro
125 **José Eri Osório de Medeiros** propôs então, a discussão da divisão das vagas destinadas a **reserva**
126 **técnica** de cada grupo de delegados e participantes. Na reserva técnica do Setor Público, o Conselheiro
127 **José Eri Osório de Medeiros** propôs a inclusão de representantes da União Parlamentar Interestadual,
128 da União dos Vereadores do Brasil e de associações municipalistas, o que foi aprovado pelo Plenário,
129 que deu um aval ao Presidente da Comissão Organizadora para contatar essas entidades e discutir com
130 as mesmas a divisão das vagas. Na reserva técnica dos usuários de serviços de saúde, decidiu-se que o
131 Presidente da Comissão Organizadora fará os entendimentos necessários com as entidades de usuários
132 representadas no Conselho Nacional de Saúde e na Comissão Organizadora, para tal. A reserva técnica
133 de prestadores privados de serviços de saúde será decidida pela Comissão Técnica de Prestadores
134 Privados de Serviços de Saúde – CT/PPSS. Para a reserva técnica da área de profissionais de saúde, o
135 Conselheiro **Swedenberger do Nascimento Barbosa** propôs a inclusão do SINDISAÚDE dos Estados
136 de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e do Distrito Federal, e a Federação Nacional das Associações de
137 Previdenciários – FENASPS. Ficou definido que entre as cinco vagas da **reserva técnica** de
138 profissionais, três delas serão preenchidas através de negociações entre a Comissão Organizadora da IX
139 Conferência Nacional de Saúde e as entidades de profissionais não contempladas. As duas restantes
140 serão preenchidas pelo SINDISAÚDE-DF e SINDISAÚDE-SP. A Comissão Organizadora negociará as
141 vagas restantes com as entidades de profissionais de saúde que não estiverem representadas entre os
142 delegados e participantes. Ficou acertado que as entidades ou setores que reivindicarem participação na
143 IX Conferência e não foram ainda contempladas, negociarão diretamente com a Comissão Organizadora.
144 Encerrado a discussão sobre a IX Conferência Nacional de Saúde, o Doutor **JOSÉ CARLOS SEIXAS**
145 pede permissão aos Senhores Conselheiros para se retirar, devido a outros compromissos e o Doutor
146 **SYLVAIN NAHUM LEVY** assume a coordenação da reunião. Passou-se ao **Tema 02**, que tratou do
147 **Parecer da Comissão Relatora** que analisou a Resolução PR/INAMPS número duzentos e oitenta e três
148 de hum mil novecentos e noventa e um. A Comissão foi composta dos Conselheiros **Stella Barros, Ivo**
149 **Fortes dos Santos, Francisco Ubiratan Dellape e Mozart de Abreu e Lima**. Os Conselheiros **Mozart**
150 **de Abreu e Lima e Stella Barros** apresentaram seus pareceres por escrito. A Comissão optou por pedir
151 um exame pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde dessa Resolução, para análise da legalidade
152 das restrições impostas. Ao mesmo tempo, a Comissão recomendou também exame da mesma
153 secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, no que concerne aos seus aspectos
154 técnicos, e que fossem encaminhados tanto a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde quanto à
155 Secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde todos os documentos relacionados no
156 preâmbulo do encaminhamento da Comissão e anexados ao mesmo. Esse encaminhamento da
157 Comissão e anexados ao mesmo. Esse encaminhamento está em anexo a essa Ata (Anexo nº 03). Foi
158 anexado também a esse encaminhamento a Recomendação número um de hum mil novecentos e
159 noventa e dois da Comissão Técnica de Prestadores Privados de Serviços de Saúde – CT/PPSS. O
160 Conselheiro **Leilton Pereira Guedes** e o Conselheiro **Jocélion Henrique Drummond** propõem agregar
161 também a esse encaminhamento Parecer Jurídico apresentado pelo Departamento de Saúde da Central
162 Única dos Trabalhadores – CUT e pela Associação Nacional dos Transplantados e Doentes Renais
163 Crônicos. Outros documentos sobre o assunto foram anexados também por solicitação dos Conselheiros
164 **Carlos Eduardo Ferreira** e **Francisco Ubiratan Dellape**. Em seguida, o Coordenador Geral do Conselho
165 Nacional de Saúde apresenta a Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois da
166 Comissão Técnica dos Prestadores Privados de Serviços de Saúde, encaminhada ao Senhor Ministro de
167 Estado da Saúde e ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde. O Plenário deliberou encaminhar essa
168 Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois ao Senhor Secretário Nacional de

169 Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Conselheiro **José da Silva Guedes**, para conhecimento,
170 análise e resposta. A Recomendação número um de hum mil novecentos e noventa e dois foi distribuída
171 a todos os Conselheiros e encaminhada ao Senhor Presidente do Conselho. Passou-se ao **Tema 03**,
172 sobre a **Discussão da Portaria SNAS/MS número cento e sessenta e sete de hum mil novecentos e**
173 **noventa e um**, que permite a realização, em determinadas circunstâncias, nos Serviços do Sistema
174 Único de Saúde, a realização de procedimentos anestésicos por médicos não especialistas na técnica. O
175 Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde propôs que o Plenário designasse um Relator que
176 estudasse o assunto e apresentasse Parecer na próxima reunião. o Conselheiro **Francisco Ubiratan**
177 **Dellape** propôs o Conselheiro **Mário Cardoso** como Relator, o que foi aprovado. Passou-se ao **Tema 04**,
178 sobre o **Mandato dos Conselheiros que se encerrou com um ano**. A Coordenação Geral do Conselho
179 informou que já foram indicados os novos representantes dos Prestadores Privados de Serviços de
180 Saúde, dos Médicos, dos Outros Profissionais de Saúde faltando apenas a indicação dos novos
181 Conselheiros de cinco Entidades de Portadores de Patologias que fazem parte do Conselho. Os
182 Conselheiros **Leilton Pereira Guedes**, **Francisco A. V. Nunes** e **Nelson Seixas**, presentes à reunião,
183 ficaram encarregados de providenciar essas indicações. Foi levantada a questão de que, com a recente
184 reforma administrativa do Governo Federal, o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi
185 desmembrado em dois novos órgãos, devendo, portanto, ser repensada a sua representação para que
186 tanto a área do Trabalho com a da Previdência Social sejam representadas no Conselho Nacional de
187 Saúde. O Plenário discutiu se o Conselho Nacional de Saúde deveria ter o número de seus participantes
188 alterado em mais um, para absorver essa nova representação, mas foi aprovado que não se deveria
189 modificar o quantitativo do Conselho, não ultrapassando os atuais trinta e um membros e que o Ministério
190 da Saúde estudasse uma fórmula de absorver representantes tanto do Ministério da Previdência Social
191 quanto do Ministério do Trabalho e Administração Federal. Em virtude da ausência temporária do
192 Conselheiro José das Silva Guedes, o **Tema 05**, que tratava dos **Novos Cursos na Área da Saúde**,
193 passou para primeira hora da tarde. Em relação ao **Tema 06**, o Coordenador Geral do Conselho
194 apresenta solicitação do Conselheiro **Cláudio José Allgayer**, que pede a indicação de outro Relator em
195 virtude do mesmo ter encerrado seu mandato como Conselheiro e por insuficiências no aporte das
196 contribuições solicitadas aos outros Conselheiros, não sendo possível elaborar parecer sobre o Tema. O
197 Plenário indicou como Relator para o **Tema 06**, o Conselheiro **Antônio M. T. Cortizo**, que trará parecer
198 na próxima Reunião. Sobre o **Tema 08**, o Dr. **SYLVAIN NAHUM LEVY** informou que a solicitação da
199 Associação Paulista de Secretários Municipais de Saúde foi encaminhada a Presidência do Fundo
200 Nacional de Saúde e a Coordenadoria de Orçamento e Programação Financeira do Ministério da Saúde,
201 estando o assunto, pela sua complexidade, em estudos, devendo possivelmente ter uma resposta na
202 Reunião do Conselho em julho de hum mil novecentos e noventa e dois. Sobre o **Tema 10, Credenciamento de Centros de Pesquisas em Seres Humanos**, não houve novas visitas aos Centros,
203 por não estarem ainda formadas as Comissões de Visita, devendo o Processo de Credenciamento ser
204 retomado proximamente. O **Tema 09**, tratava do **Processo sobre a Residência Médica em Traumato-**
205 **Ortopedia**, e foi trazido novamente a discussão o Parecer do Relator, o Conselheiro **Aloysio Campos da**
206 **Paz Júnior**. O Conselheiro **Cláudio José Allgayer**, que tinha pedido vistas ao Processo devolveu o
207 mesmo ao Plenário para deliberação. O Plenário do Conselho discutiu esse Parecer, com posições a
208 favor e contra o conteúdo do mesmo. Ao Parecer foram anexadas um conjunto de dez perguntas
209 surgidas na Reunião anterior, nos debates desse Plenário, que o Conselheiro Relator respondeu e
210 anexou ao Processo, para melhor esclarecimento das questões levantadas. O Coordenador Geral do
211 Conselho Nacional de Saúde historiou o Processo e a pedido do Plenário, leu novamente o Parecer
212 apresentado e ao conjunto de perguntas anexadas. Após a discussão, o Parecer foi colocado em votação
213 e, por maioria de votos, não foi aprovado. O Plenário deliberou que o Processo fosse devolvido à
214 Secretaria Nacional de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, de onde é originário com essa
215 informação e com a sugestão que o mesmo seja discutido com a Comissão Nacional de Residência
216 Médica do Ministério da Educação e que seja consultada também a Associação Nacional dos Médicos
217 Residentes – ANMR para que seja realizado um estudo mais aprofundado, e que os resultados desse
218 estudo sejam posteriormente informados a esse Conselho. Passou-se ao **Tema 11**, que trata de
219 **Solicitação do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde de Reformulação da**
220 **Legislação que obriga Exames Físicos Anuais para a Prática de Educação Física nas Escolas**. O
221 Plenário deliberou indicar como Relatora do Tema a Conselheira **Zilda Arns Neumann** e encaminhar
222 também solicitação à Coordenação de Saúde Materno-Infantil da Secretaria Nacional de Assistência à
223 Saúde do Ministério da Saúde, sendo que a Conselheira Relatora acompanhará a discussão junto a
224 Coordenação citada, a Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM das discussões
225

226 sobre o assunto. Em seguida, tratou-se do **Tema 05**, que abordou os **Novos Cursos na Área de Saúde**.
227 Em relação ao Processo que analisa a criação do Curso de Medicina da Universidade de Ijuí, o
228 Conselheiro **José da Silva Guedes** relatou a visita da Comissão à Ijuí, não podendo apresentar o seu
229 Parecer porque a documentação completa sobre o Curso em análise só pode chegar as mãos dos
230 Conselheiros nesse mesmo dia, não havendo tempo para sua leitura e estudo. O Plenário deliberou
231 conceder mais um prazo de trinta dias para a apresentação do Parecer. Devido ao término do mandato
232 de alguns Conselheiros, a Comissão para parecer sobre o Curso de Medicina de Ijuí teve que ser
233 reconstituída, passando a ser composta pelos Conselheiros que apresentam as Instituições e/ou
234 entidades indicadas inicialmente para constituir a Comissão. A Comissão ficou composta pelos
235 Conselheiros **José da Silva Guedes** (Coordenador), **Mário Cardoso**, **Hilário Gottselig** e **Thiers**
236 **Ferreira**, sendo que sua reunião de conclusão ficou marcada para o dia três de junho, pela manhã. Em
237 relação a criação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Comissão
238 não apresentou ainda o seu parecer, ficando para a Reunião do Conselho de junho de hum mil
239 novecentos e noventa e dois. A Comissão para análise do Curso de Psicologia da Universidade Federal
240 de Sergipe iria realizar sua visita à Universidade a partir do dia oito de maio, e apresentará o Parecer
241 também na próxima Reunião. O Processo do Curso de Medicina da Universidade de Cruz Alta, Rio
242 Grande do Sul, está aguardando o Parecer do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul para
243 onde foi encaminhado. O Conselheiro **Jocélion H. Drummond**, diante do volume de assuntos trazidos ao
244 Plenário desse Conselho, propôs que o Conselho Nacional de Saúde volte a reunir-se por dois dias,
245 sendo que a manhã do primeiro dia ficaria destinada a reunião das Comissões, iniciando-se a Sessão
246 Plenária, pela tarde, a partir das quatorze horas do primeiro dia. Passou-se ao **Tema 07**, que tratava da
247 proposta de **Campanha sobre o FINSOCIAL**. O Conselheiro **Jose da Silva Guedes** relatou os esforços
248 e contatos realizados pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, com empresários e
249 setores do Governo Federal, no sentido de viabilizar uma melhor arrecadação do FINSOCIAL e sua
250 destinação para a área da saúde. E que as dificuldades a nível jurídico estão sendo aos poucos
251 superados. Desenvolveu-se, no Plenário, discussão sobre a realização de ampla campanha através dos
252 meios de comunicação no sentido de sensibilizar o empresário na questão do reconhecimento do
253 FINSOCIAL. Após amplos debates sobre o Tema, o Plenário deliberou recomendar ao Ministério da
254 Saúde realizar campanha de comunicação social sustentada por cartazes, visando estimular o
255 recolhimento do FINSOCIAL e que o próprio Ministério apresentasse ao Conselho Nacional de Saúde os
256 termos e meios de realizar essa Campanha, avaliando a sua viabilidade e custos. Aprovou-se também a
257 realização de um fórum para discussão do financiamento do setor saúde com a participação dos setores
258 governamentais envolvidos na questão, de setores empresariais, do Congresso Nacional e dos
259 Trabalhadores. A idéia da realização desse fórum seria também levada ao Excelentíssimo Senhor
260 Ministro de Estado da Saúde, para que pudesse ser operacionalizada em curto espaço de tempo. O
261 Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** encaminhou expediente a Mesa do Plenário e aos Senhores
262 Conselheiros, tratando do financiamento do Sistema Único de Saúde com recursos da privatização.
263 Passou-se aos **Assuntos Gerais** e foi apresentada a solicitação do Senador Almir Gabriel para o
264 Conselho Nacional de Saúde indicasse um representante para participar de uma Reunião promovida pela
265 Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para discutir a ordenação da formação de recursos
266 humanos na área da saúde, de acordo com os preceitos constitucionais. O Plenário indicou o Conselheiro
267 **Swedenberger do Nascimento Barbosa** para representar o Conselho Nacional de Saúde na referida
268 Reunião. O Coordenador Geral do Conselho informou da realização de Oficina de Trabalho, promovida e
269 patrocinada pelo CONASS, CEBES, OPAS e CNS sobre **"Papéis e competências das Três Esferas de**
270 **Poder: no Geral e Especificamente na Área da Saúde"**, a ser realizada nos dias doze, treze e quatorze
271 de maio próximos, na Sala de Reunião do Conselho. Sem mais assuntos, a Décima Terceira Reunião do
272 Conselho Nacional de Saúde foi encerrada e nela estiveram presentes e assinaram o Livro de Presença,
273 os Conselheiros: **José Eri Osório de Medeiros**, **Nelson Seixas**, **Zilda Arns Neumann**, **José da Silva**
274 **Guedes**, — **Francisco Ubiratan Dellape**, **Paulo Sérgio Barbanti**, **Mozart de Abreu e Lima**, **Ivo Fortes**
275 **dos Santos**, **Carlos Reinaldo de Souza**, **Francisco A. V. Nunes**, **Leilton Pereira Guedes**, **Hilário**
276 **Gottselig**, **Ivan de Moura Fé**, **Jocélion H. Drummond**, **Carlos Eduardo Ferreira**, **Swedenberger do**
277 **Nascimento Barbosa**, **Mário Cardoso**, **Antonio M. T. Cortizo**, **Thiers Ferreira**, **Rui Brasil Cavalcanti** e
278 **o Doutor Francisco Barbosa Neto**, representando a Conselheira **Eunice Ribeiro Durban**. FIM.